



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24295/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	32
Rubrica	

Processo nº 24295/2023

PARECER GPG N.º 1029/PGM/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/2023
ANÁLISE DE LEGALIDADE (RECURSO).

Data: 08/12/2023

I - Relatório

Trata-se o presente de recurso administrativo impetrado pela licitante NELSON DOS SANTOS MESQUITA contra decisão do pregoeiro, exarada no curso do processo administrativo nº 243/2023, conforme razões que expõe em sua exordial.

Em suma, a recorrente manifesta o seu inconformismo pelas seguintes razões:

- Desclassificação de sua proposta, por ter sido considerada como inexequível;
- Violação ao preceito de isonomia, em razão da equipe de licitações ter recebido documentos complementares;
- Ausência de motivação da decisão de desclassificação da proposta da recorrente.

É o que cabe relatar.

II - Dos Fatos Apresentados Pela Recorrente

Para efeitos de sistematização, a manifestação deste órgão jurídico abordará os aspectos elucidados pelo recorrente em itens minudenciados, conforme abaixo destacado.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24295/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	33
Rubrica	

II. 1 – Da inexecuibilidade

Consoante artigo 59, inciso III, da lei 14.133/21, a proposta inexecuível deve ser desclassificada. De todo modo, o §2º do mesmo dispositivo aduz que “a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada”, caso contrário também se procederá à desclassificação da proposta apresentada (art. 59, IV).

Para efeitos didáticos, transcrevemos abaixo os dispositivos:

“Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

(...)

III - apresentarem preços inexecuíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

(...)

(...)

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do *caput* deste artigo.

Ademais, cumpre-nos destacar que o artigo 187 da lei 14.133/21 aduz que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução desta Lei”. Como se não bastasse, o artigo 8º do Decreto Municipal nº 922/2022 preceitua que “para as licitações realizadas mediante os critérios de julgamento menor preço ou maior desconto, será observada a disciplina constante nos capítulos II e seguintes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022”.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24295/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	34
Rubrica	

Dessa forma, como bem ressaltado em fl. 30 desses autos, o artigo 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 assim dispõe:

“Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Parágrafo único. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta”.

Logo, e não obstante o elucidado pelos órgãos competentes em fls. 29/31, a legalidade da decisão perfectibiliza-se pela ratificação e demonstração do pregoeiro, com o devido auxílio do órgão requisitante, no sentido de que os seguintes requisitos foram plenamente observados no curso licitatório, quais sejam:

- Os valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- Que seja comprovada diligência a assegurar que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- Que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;
- Foram realizadas diligências para aferir a executabilidade das propostas, requerendo-se a demonstração pelo licitante, sem que se obtivesse êxito.

Reitere-se ainda que o artigo 168, parágrafo único, da lei 14.133/21 especifica que o órgão de assessoramento jurídico possui o escopo de auxílio, com vistas a dirimir dúvida e subsidiar com informações necessárias. Dessa forma, importa-nos elucidar a matéria de cunho jurídico para a fundada decisão do órgão competente, aspecto ressaltado no presente ato enunciativo, não sendo transferida a esta Especializada o cunho decisório dos agentes devidamente atribuídos.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24295/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	35
Rubrica	

II.2 – Das documentações suplementares

É necessário reiterar que o artigo 64, inciso I, da lei 14.133/21 expressamente respalda a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

Assim, o que o legislador expressamente veda é a substituição ou a apresentação de novos documentos após a sua entrega para habilitação, quando não for o caso de documentação complementar e apuratórios de fatos preexistentes ou de atualização e documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Traz-se a lume o texto legal:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas”.

Tendo como base a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a vedação à inclusão de documento que deveria constar originariamente da proposta impede a anexação de documentos os quais o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Por conseguinte, possibilita-se a excepcionalíssima inclusão de documentos que se limitem a atestar condição pré-existente à abertura da sessão, consoante precedente abaixo transcrito:



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24295/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	36
Rubrica	9

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.” (grifo nosso) (Acórdão 1211/2021, Plenário, Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24295/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	37
Rubrica	

Logo, com base na legislação e jurisprudência retratada, para a decisão estar devidamente respaldada no ordenamento jurídico, deverá ser certificado pelo órgão competente que os documentos apresentados após a apresentação da proposta foram:

- meramente complementares às informações já apresentadas em documentos preteritamente remetidos pelos licitantes, não se evidenciando como documento novo;
 - são necessários para apuração de fatos existentes à época da abertura do certame;
 - os documentos não alteram a substância das propostas anteriormente apresentadas;
 - deve constar decisão fundamentada do pregoeiro, para admitir a documentação apresentada,
- observados os demais requisitos apresentados.

Impende ressaltar que os atos administrativos possuem presunção de legitimidade. Dessa forma, as alegações e diligências realizadas por agentes públicos possuem presunção relativa de veracidade (*iuris tantum*). Com isso, ocorre o “efeito da inversão do ônus da prova, cabendo a quem alegar não ser o ato legítimo a comprovação da ilegalidade” (CARVALHO FILHO. José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23. ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 133-134).

II.3 - Ausência de motivação da decisão de desclassificação da proposta da recorrente.

A recorrente afirma que a sua proposta fora desclassificada por ausência de motivação. Todavia, em sua mesma petição, alega expressamente que “o pregoeiro arguiu que considerando que os valores ofertados pelos licitantes classificados estão muito abaixo de 50% do valor estimado, a Secretaria Requisitante decidiu elaborar um questionário para esclarecimento sobre as reais condições das empresas para a execução do objeto, com o intuito de prevenir eventuais transtornos e falhas durante a prestação de serviço”.

Em ato contínuo, a própria Recorrente afirma que houve os relatórios e documentos foram encaminhados para análise do pregoeiro no prazo determinado, e resultou na efetiva desclassificação da sua proposta.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24295/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	38
Rubrica	

Pela leitura do recurso, não foi possível inferir as razões pelas quais a desclassificação do licitante se distinguiriam da matéria previamente informada pelo órgão de licitações, atinente à inexequibilidade, parecendo-nos que o órgão apresentou as suas considerações para o ato decisório.

II.4 – Dos aspectos complementares

Em apreço ao preceito de legalidade, deve ainda ser certificado se foram plena e devidamente observados os seguintes regramentos:

- a) Nos termos do artigo 4º do Decreto Municipal nº 921/2022, “o agente da contratação e o respectivo suplente serão designados, em caráter permanente, entre servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente do Município de Maricá, que possuam formação compatível com a função”. Por sua vez, o §2º do mesmo dispositivo consigna que “as disposições constantes neste capítulo se estenderão ao pregoeiro, em licitações na modalidade pregão, nos termos do artigo 8º, §5º, da lei 14.133, de 1º de abril de 2021”.
- b) Nos termos do artigo 165, §2º da lei 14.133/2021, se não for reconsiderada a decisão, o recurso deverá ser encaminhado com a sua motivação à autoridade superior, a fim de que seja proferida decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento do processo administrativo.

Transcrevemos o comando legal:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24295/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	39
Rubrica	

- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

(...)

§2º O recurso de que trata o inciso I do *caput* deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

III - CONCLUSÃO

Desta forma, em relação aos questionamentos apresentados, cabe à autoridade competente proferir a decisão quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, **sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.**

Este é o entendimento. À CPL,

Villy Teixeira Silva

Assessor

Mat. 106.264

Fabício Monteiro Porto
Procurador-Geral do Município